

A inflação e o Cruzado

IGNÁCIO M. RANGEL

25/88

3/17/88

A 5 de novembro de 85 —três meses e meio antes do lançamento do Plano Cruzado—, esta Folha publicou um artigo de minha lavra ("Ainda a inflação inercial") e o republicou, em 1987, na coletânea de artigos "A Tragédia do Cruzado". Nesse artigo eu dizia, referindo-me à teoria então em moda da "inflação inercial": "Porque é de um mito que se trata. Quem dedicar alguns minutos ao gráfico da página 50 do meu 'Milagre e anti-milagre' (Jorge Zahar Ed.) verá que nessa inflação reflete fielmente —ou talvez servilmente— as mudanças da conjuntura, que não constituem problema de psicologia social ou de política, senão no estrito sentido de política econômica. Noutros termos, a inflação é um fato quadradamente econômico, o qual, conseqüentemente, só com meios econômicos pode ser abordado. Uma pena, para nossa profissão, que não pode distribuir por alheios ombros o peso do problema".

Não obstante, a cômoda e simpática teoria da inflação inercial continuou a fazer caminho e, a 26 de fevereiro do ano seguinte, deu aos nossos economistas uma oportunidade rara, quando encontrou um governo que jogou a própria sorte nas nossas elucubraciones. Os poucos que, como o autor deste, discreparam, foram sumariamente esquecidos. Por uns poucos meses, tivemos a idéia de que, ou os filósofos (os inercialistas, inclusive o ministro Funaro) se haviam tornado reis, ou os reis (com meu conterrâneo Sarney à frente) se haviam feito filósofos. Poucos momentos de nossa história foram, ou pareceram, tão felizes. Tinha chegado a "república" de Platão.

Em junho seguinte —quatro meses e meio depois dos decretos e decretos-ais do Cruzado—, como debatedor do ministro Funaro, numa palestra dele em Brasília, comemorativa da morte de Juscelino, eu lembrei uma passagem de Karl Marx, segundo a qual "quando uma idéia se apossa da imaginação das massas, converte-se numa força

material". Mas acrescentava, por minha própria conta, que, se não sobrevém algo de mais substancial para corroborá-la, essa materialização da idéia está fadada a ter vida curta. Ora, quatro meses são um período muito longo de vida para uma idéia, para sustentar a qual faltava tudo, salvo o universal desejo de que estivesse certa.

Sabemos hoje que o sonho acabou, ou converteu-se em pesadelo. O IBGE anunciou, na última quinta-feira, uma inflação de 24,04% em julho, o que projeta uma taxa anual de mais de 1.000%. Creio ser a primeira vez que chegamos a uma inflação de quatro dígitos. Sem esperança de que fiquemos por aí (julho tem 31 dias e o ano é bissexto).

"Depois de queda, coice", como se diz em meu sertão. Acontece que nossa balança comercial tornou-se fortemente positiva (cerca de US\$ 2,7 bilhões mensais nas exportações, contra US\$ 900 milhões nas importações), o que promete um balanço de pagamentos também positivo. Por outras palavras, a venda de divisas aos importadores não promete cruzados suficientes para a compra das divisas ganhas pelos exportadores. E tenho ouvido de pessoas geralmente bem informadas que esse problema teria solução curial: a emissão de dinheiro pelo Banco Central. Pretende-se que dinheiro emitido para tal fim não tenha efeito inflacionário.

O governo não parece propenso a morder tal isca e, se emite mais que o suficiente para restabelecer a equação de trocas, não é por gosto, mas por não ter alternativas. De qualquer forma, como tenho dito, a inflação, nessas condições, não parece propensa a tornar-se galopante. Ela é, por sua própria natureza. Sobre esse pantanal, nada se pode construir.

E, se fizéssemos o balanço de pagamentos cozer-se em seu próprio caldo? Se promovéssemos um aumento das importações?

Parece que por aí estamos indo. Depois de anunciarmos uma safra recorde, pretendemos que, para frear a inflação, temos que promover a importação de gêneros alimentícios, como o fizemos durante o defunto Plano Cruzado. É claro que, para isso, os credores teriam que abrir-nos a burra de dinheiro novo, até porque os saldos do balanço de pagamentos tinham uma destinação conhecida, no serviço da dívida externa.

Para o mesmo resultado —e com a mesmíssima condição de dinheiro novo— propende a alegação muito simpática de que nossa economia já está em condições de competir livremente. Como se não tivéssemos um imenso serviço de dívida a fazer, o que exige planejamento do comércio exterior, em vez de livre câmbio. Em ambos os casos, o que fazemos é convidar os credores a que financiem o "dumping" de nossa própria economia.

Sim, o aumento das importações, seja sob o pretexto da falta de gêneros, seja sob o especioso argumento de nossa competitividade finalmente conquistada, teria efeito depressivo, de "dumping", sobre a economia nacional. Ora, como tenho mostrado, insistentemente, nada mais inflacionário, no Brasil, do que a recessão. Em suma, ou emitimos dinheiro para comprar o saldo do balanço de pagamentos, ou promovemos a depressão, via "dumping" de nossa economia, pela intermediação da recessão conseqüente a esse "dumping".

Essas alternativas foram, por mim, apreciadas há muito tempo. E foi por isso que decidi-me a propor a privatização dos serviços de utilidade pública. Não se trata apenas de promover a expansão de serviços revelados insuficientes, mas de abrir oportunidades de investimentos para o setor privado, que está montado sobre uma montanha de capacidade ociosa.

IGNÁCIO M. RANGEL 75 economista e membro do Conselho Federal de Economia e do presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo.